I Simpósio Estado Brasileiro
I SIMPÓSIO ESTADO BRASILEIRO: AGÊNCIAS E AGENTES

CADERNO DE RESUMOS
14 a 16 de JULHO - 2004

COORDENAÇÃO GERAL
Dr^a. SONIA REGINA DE MENDONÇA (UFF)

COMISSÃO ORGANIZADORA
Dr. THÉO LOBARINHAS PIÑEIRO (Depto. História - UFF)
Dr^a. CLAUDIA MARIA ALVES (Faculdade de Educação – UFF)
Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (Depto História - UFF)
Dr^a. DILMA ANDRADE DE PAULA (UFU)

PALESTRA DE ABERTURA
CLASSES, PODER E ESTADO NO BRASIL
Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (PPGH – UFF)

A exposição visará à análise da teoria do Estado Ampliado elaborada por Antonio Gramsci enquanto instrumental teórico para os estudos acerca do Estado no mundo contemporâneo em geral, e no Brasil, em particular. A importância das idéias do pensador italiano neste campo de reflexões será cotejada com a contribuição de outros teóricos marxistas, bem como com aquela advinda de outra matriz de concepção de Estado, de viés liberal ou contratualista, demonstrando o impacto/desdobramentos da opção por cada uma delas nos estudos sobre Estado, Poder e Classes no Brasil.

MESAS REDONDAS

MESA 1 – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Maria Alves (Fac. Educação - UFF)

Políticas Internacionais de Saúde no Brasil da Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública e seu Modelo – Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos (UFF/UERJ)

Este trabalho discute o papel do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) na difusão no Brasil, da “rede permanente de atendimento à saúde”. O SESP foi uma agência brasileiro-americana, organizada em 1942 para fornecer saúde pública básica em áreas produtoras de matérias primas estratégicas tais como borracha e minério de ferro. Após a guerra, o SESP ganhou outro sentido, através do Ponto IV de Truman e da “descoberta do subdesenvolvimento”. Este sentido, seria o de implementar saúde pública básica em áreas de atenção dos planos de desenvolvimento do Estado brasileiro, especialmente durante os governos Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Neste processo, o SESP destacou-se pelo projeto de construir uma rede integrada e permanente de atendimento à saúde, inspirada no modelo norte-americano. Este projeto, durante a década de 1950, muitas vezes entrou em conflito com um outro modelo sanitário, o campanhista. Este processo, entretanto, não significou simplesmente a importação de um modelo estrangeiro, representando sim, uma via de mão dupla, onde realidades políticas, econômicas e culturais diversas se encarregam de canibalizar a racionalidade idealizada dos policy makers.

Relações Entre Intelectuais e Estado na Fundação das Práticas de Preservação Cultural no Brasil – Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Romeiro Chuva (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

A fundação das práticas de preservação cultural no Brasil pode ser identificada com o primeiro governo Vargas, que foi marcado por um nacionalismo como política de Estado, especialmente a partir do Estado Novo. Pretende-se analisar a sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil, como parte integrante do processo de formação do Estado, que se dá nesse contexto através da criação de instituições voltadas para exercer o controle centralizado sobre o espaço e as pessoas - um território e seus habitantes e com objetivos de controle, fiscalização e definição de padrões nacionais. No âmbito da produção cultural e simbólica, vários órgãos implantados integravam esse momento específico de constituição de uma política social que fazia seus “registros de Brasil”, que será analisada a partir do SPHAN, com a rotinização das práticas de preservação cultural.

A trajetória dos transportes terrestres no Brasil: Rodovias X Ferrovias – Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula (UFU – Universidade Federal de Uberlândia)

Até a década de 1920, o Estado brasileiro incentivou o transporte ferroviário, criando uma legislação apropriada, além de bonificações e isenções às empresas do setor. Todavia, a partir de 1930, a tendência marcante foi a de

privilegiar as ferrovias consideradas estratégicas militarmente ou as que atendessem a zonas comerciais e/ou industriais voltadas à exportação, relegando as demais ao completo abandono ou à extinção. O argumento do progresso se vincularia, agora, à rodovia, sendo a ferrovia identificada ao arcaísmo e, principalmente, ao antieconômico. O discurso do “déficit” assumia centralidade, fato recorrente na história das políticas públicas no Brasil. Desenvolveu-se, nos meios técnicos e decisórios nacionais fortes debates entre ferroviaristas e rodoviaristas, traduzindo a problemática dos transportes na concorrência entre as duas modalidades e não sua necessária complementaridade. No Brasil e também em vários países, a crise mais efetiva do transporte ferroviário aconteceu após a década de 1960, devido, principalmente, ao crescimento vertiginoso da produção de veículos automotores, de caminhões e a expansão da capacidade de consumo. Esse problema foi enfrentado de diversas maneiras pelos governos, ora incentivando, ora regulamentando e taxando o transporte rodoviário, de forma a tentar disciplinar a concorrência. Todavia, no Brasil, houve a extinção radical de ramais e de trens de passageiros, até finais do século XX. Formou-se a lógica do “país das rodovias”. A obsolescência dos trens não significou o seu desaparecimento imediato e por inteiro. Os símbolos do que significaram as ferrovias estão presentes em vários caminhos da memória e nas representações artísticas, nos quais o passado não está apaziguado. O objetivo da comunicação é realizar um panorama desse processo, a partir de 1930 até 1980. As fontes utilizadas são documentos oficiais produzidos pelas agências de transportes, depoimentos orais e artigos da imprensa especializada.

Os projetos para o setor de energia elétrica brasileiro no segundo governo Vargas (1954): análise das propostas pelo Instituto de Engenharia de São Paulo – Prof^a. Dr^a. Maria Leticia Corrêa (CUMB – Centro Universitário Moacyr Bastos)

Estudo das principais propostas relacionadas à expansão da indústria de geração de energia elétrica no Brasil nos meados da década de 1950, mediante a análise da discussão dos projetos de lei da assessoria econômica de Getúlio Vargas submetidos ao Congresso Nacional. A perspectiva centra-se na leitura das atas da Semana de Debates sobre Energia Elétrica, que teve lugar no Instituto de Engenharia de São Paulo, em 1956, com o objetivo de realizar a abordagem da problemática do equacionamento da política pública para o setor de energia elétrica a partir de uma acepção ampliada do conceito de Estado, no sentido Grassiano, que considera as modalidades de intervenção colocadas em prática a partir de uma entidade da sociedade civil.

Inventado o Outro: Representações do Desenvolvimento e da Fronteira Amazônica – Prof. Dr. Antonio Cláudio Barbosa Rabello (UNIR - Universidade Federal de Rondônia)

O objetivo deste trabalho reside na tentativa de compreender as recentes alterações das políticas públicas na Amazônia. A inclusão da sustentabilidade, enquanto componente fundamental de uma nova modalidade de desenvolvimento, produziu alterações do sentido da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Essa mudança tem provocado, concomitantemente, alterações nas políticas públicas na região, ao menos discursivamente. O conflito em torno da significação reflete a disputa pela fala legítima, pela hegemonia, no que diz respeito ao desenvolvimento, ao meio ambiente e a Amazônia. Em Rondônia, o resultado visível dessa alteração se consolidou na lei do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, que autorizou/restringiu atividades econômicas em regiões determinadas. A incorporação da sustentabilidade ao discurso do desenvolvimento produziu um novo embate teórico: de um lado, a tentativa de manutenção do padrão de desenvolvimento iniciado anteriormente e, do outro lado, os que defendem a mudança na utilização dos recursos naturais. Todavia, essa disputa não questiona o padrão de desenvolvimento e de acumulação, encobrindo, assim, a contradição existente na fórmula do Desenvolvimento Sustentável.

MESA 2 – ESTADO E CLASSES DOMINANTES: ENTIDADES ASSOCIATIVAS

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (PPGH - UFF)

Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula? – Prof^a. Dr^a. Regina Bruno (CPDA/UFRRJ)

Assistimos, hoje, a um processo de constituição de um novo campo de conflito social no agro caracterizado, de um lado pela revitalização da questão da terra, e de outro, pelo acirramento do debate sobre os transgênicos. Um novo campo de conflituosidade que envolve inúmeras mediações, contradições e uma diversidade de atores e de instituições tanto patronais como de trabalhadores. A ausência de diretrizes definidoras de uma política fundiária no governo Lula e, conseqüentemente a revitalização das ocupações de terra, recolocam a questão da violência patronal no campo, expõe a força política e capacidade de mobilização dos grandes proprietários. Tais fatores em certa medida corroboram com a declaração da relatora da ONU na imprensa ao refletir sobre a violência e impunidade no Brasil, quando afirma que “abaixo da superfície o país não está estável”. Expressa também o aprofundamento e a consolidação política e econômica de uma nova geração patronal rural e agro-empresarial que se constituiu a partir dos anos 70 juntamente com o processo de modernização da agricultura. Vemos, hoje, a constituição de novos grupos patronais. Dentre os mais expressivos temos o Movimento Nacional de Produtores (MNP) composto por representantes da Sociedade Rural Brasileira e da Organização das Cooperativas do Brasil. Complementar a esse processo há também o fortalecimento político dos empresários do agronegócio no interior do Estado, não apenas no Congresso Nacional mas a nível ministerial, na pessoa do ministro Roberto Rodrigues uma das principais expressões da nova geração política no campo e o embate em torno dos transgênicos. O discurso patronal empresarial sobre os transgênicos, expressa uma matriz discursiva legitimadora de desigualdades sociais

porque nos remete a uma determinada concepção de soberania e de segurança alimentar pautada da rentabilidade e competitividade restrita a alguns segmentos sociais.

Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina – Prof. Dr. Ary Cesar Minella (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina)

O trabalho analisa as implicações do atual processo de globalização financeira sobre a estrutura e a dinâmica da representação de classe do empresariado financeiro na América Latina, especificamente as associações de bancos. A participação das instituições financeiras estrangeiras na composição das diretorias das associações é o critério principal adotado para a pesquisa que inclui dezenove associações, em quatorze países, além da Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN), com um total de 212 cargos de direção. Os resultados obtidos indicam uma ativa presença dos bancos estrangeiros na medida em que controlam quase a metade dos postos de direção, com destaque para onze grupos financeiros da Europa e dos Estados Unidos que, praticamente, ocupam 1/3 dos cargos, atuando de forma simultânea em associações, em três ou mais países, constituindo o que denominou-se como redes transassociativas. Os exemplos mais significativos são o Citibank (Citigroup), e os Bancos Santander e Bilbao Vizcaya que participam em associações de bancos de sete países. O trabalho discute algumas particularidades e possíveis implicações sócio-políticas deste processo.

A CNI e a Educação Brasileira: o Horizonte Pedagógico do Capital – Prof. Dr. José Rodrigues (Faculdade de Educação/UFF)

Na década de 1990, houve, no Brasil, uma grande produção de caráter acadêmico, e mesmo jornalístico, que mostrava – de certa forma, admirada - o ingresso “resoluto” e “pró-ativo” dos empresários no debate educacional. Para os autores dessa produção, os empresários finalmente teriam percebido o “valor da educação”. A explicação oferecida aos educadores sobre essa “novidade” residiria na mudança do padrão da sociabilidade capitalista que se processava no Brasil. Este texto pretende mostrar, primeiramente, que a participação organizada do empresariado industrial no debate educacional não é recente, remontando, pelo menos, à década de 1930. Para tal percorrerá a história da Confederação Nacional da Indústria revelando a metamorfose teleológica de seu discurso pedagógico que tem como horizonte a reprodução ampliada do capital.

Entidades Representativas dos Interesses do Trabalho: Expressão da Hegemonia do Capital? - Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Rummert (Faculdade de Educação/UFF)

A influência político-ideológica das entidades associativas representativas dos interesses do Capital na definição das estratégias de enfrentamento e/ou recuo, bem como na formulação de perfis político-ideológicos, das entidades representativas dos interesses do Trabalho, no Brasil dos anos de 1990 e 2000. Relações entre o sindicalismo propositivo e o projeto identificador dominante, na Central Única dos Trabalhadores, na atual conjuntura de fragmentação sócio-econômica. Representantes de frações da classe trabalhadora no poder e as possíveis repercussões na compreensão da atual configuração das classes na sociedade brasileira.

MESA 3 – ESTADO E INTELLECTUAIS NO BRASIL

Coordenador: Prof. Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro (GHT - UFF)

Crise do Estado Imperial: Relações Sociais de Forças e Crise de Hegemonia –Prof. Dr. Ricardo Salles (UERJ/UNI-RIO)

O objetivo desta comunicação é compreender a crise do Estado imperial, que pode ser datada a partir da década de 1870, enquanto crise de hegemonia da classe senhorial. Crise esta que tem por base a alteração qualitativa na relação social de força entre senhores e escravos e que criou condições favoráveis para a expansão e o sucesso do movimento abolicionista, bem como para a derrubada subsequente do próprio Estado imperial. Para tanto, será utilizado o modelo de análise das relações sociais de força sugerido por Antonio Gramsci. De acordo com Gramsci, as relações sociais de força comportam três momentos concomitantes. O primeiro ligado “à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens”, em que estariam em jogo os agrupamentos sociais em sua configuração objetiva quanto à dimensão numérica, distribuição geográfica e espacial, maior ou menor concentração nas unidades de produção, etc. O segundo é aquele da “relação de forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”, desde a consciência de seus interesses econômico-corporativos até sua formulação enquanto interesses universais, incorporando outros grupos sociais subalternos. Neste momento, se colocaria a questão do Estado e da direção moral e intelectual da sociedade. Finalmente, o terceiro momento decisivo seria o da relação de forças político-militar. Inspirando-se livremente neste modelo teórico, o foco deste trabalho visa a compreensão da dinâmica objetiva e material da relação social de forças entre senhores e escravos, que teria condicionado a conjuntura política de debate e aprovação da lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que colocou no horizonte de expectativas, mesmo que distante, o fim do regime servil, tanto para senhores quanto para escravos. Com esta lei, pela primeira vez, a partir da iniciativa do núcleo dirigente do Estado imperial, se colocou a questão do fim da escravidão, ainda que lento, gradual e seguro, ao menos na intenção de seus formuladores. Quais transformações, na “estrutura objetiva, independente da vontade dos homens”, envolvendo as relações demográficas, sociais e econômicas básicas entre

senhores e escravos, estariam na raiz desta atitude dos dirigentes imperiais, e de todos aqueles que a apoiaram e/ou aceitaram? De que maneira novas percepções de sua situação e novas formas de defesa e de definição de seus interesses e ações por parte da população cativa teriam contribuído para moldar um novo “estado de espírito” na sociedade brasileira, propenso a aceitar o fim inevitável da escravidão?

O Campo Intelectual do Exército e a Proclamação da República – Prof^a. Dr^a.
Claudia Maria Alves (Faculdade de Educação/UFF)

A presente intervenção pretende discutir o emprego do conceito de campo intelectual, de Pierre Bourdieu, na investigação sobre a participação do exército na proclamação da República no Brasil. A compreensão do exército como importante campo intelectual, no século XIX, permite uma nova leitura do golpe militar que desaguou na República. Associada ao conceito de campo intelectual, utilizamos a noção de posição de classe, de modo a localizar, no interior da oficialidade, lideranças que se destacaram nas últimas décadas do Império. O mapeamento desses intelectuais nas diversas frentes de produção, difusão e sistematização de conhecimentos existentes no exército permitiu que se descortinassem, ao longo da pesquisa realizada, uma estreita articulação entre ação política e formação da oficialidade, situada para além dos muros da Escola Militar.

A Organização Corporativa e Sindical na Polêmica entre Oliveira Vianna e a Fiesp – Prof. Dr. Fábio Maza
(UFS – Universidade Federal de Sergipe)

O escopo dessa comunicação é reproduzir a polêmica entre os empresários brasileiros e o intelectual fluminense Oliveira Vianna. Partindo da discussão dos regulamentos e instruções para a execução do Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de julho de 1939, que dispunha sobre organização sindical de patrões e empregados, a FIESP, circundada por outras entidades empresariais do país, irá travar uma forte polêmica com Vianna em torno de suas concepções de corporativismo. A controvérsia que ganhou as páginas dos jornais e adentrou gabinetes do Ministério do Trabalho, permite-nos ver a maneira de intervir dos empresários nos processos decisórios e como defendiam formas autônomas de organização.

Intelectuais, Estado e Educação no Brasil : Aproximações e Recuos no Contexto das Décadas de 1950-1960 – Prof^a. Dr^a. Libania Nacif Xavier (Faculdade de Educação/UFRJ)

O estudo tem como tema central a análise de uma experiência institucional ocorrida na virada dos anos 1950 / 1960. Trata-se do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão fundado por Anísio Teixeira com o apoio da Unesco e vinculado ao Inep/MEC. Este Centro promoveu uma série de investigações sociais que tomaram o Brasil como um imenso laboratório de pesquisas, transformando também algumas de nossas escolas públicas em laboratórios onde eram testados novos experimentos pedagógicos. O interesse pelo tema justifica-se pela possibilidade de entender alguns dos fundamentos básicos que definem a identidade do campo educacional enquanto esfera de atuação profissional, como solo de formulação intelectual e como área de política setorial do Estado Nacional. Tomando como base as formulações de Pierre Bourdieu a respeito do processo de autonomização do campo cultural, procuramos avaliar a eficácia simbólica das estratégias institucionais que nortearam a gestão de Anísio Teixeira à frente do CBPE. No que se refere à constituição das esferas de consagração e legitimação do campo educacional, a experiência do CBPE destaca a aproximação com os produtores de bens simbólicos constitutivos do campo intelectual em seu sentido mais amplo, buscando-se inserir a problemática educacional neste mercado específico. A parceria com cientistas sociais de diferentes matizes que esteve presente no núcleo de organização do CBPE visava dotar os estudos sobre a problemática educacional de uma base científica, tomando de empréstimo o arcabouço teórico das ciências sociais, ao mesmo tempo em que a educação era colocada como objeto privilegiado para o desenvolvimento das pesquisas sócio-antropológicas demandadas pelo Centro. Paralelamente, o programa de atividades do CBPE voltou-se para o desenvolvimento de um amplo programa de profissionalização dos professores atuantes no sistema público de ensino. O desenvolvimento deste estudo nos permitiu situar experiência do CBPE em uma linha de continuidade com o projeto mais geral de autonomização do campo educacional, de racionalização da gestão política e administrativa do sistema público de ensino e de secularização da cultura, liderado por um grupo de intelectuais atuantes no cenário nacional desde os anos 1920-30. Este projeto teria desdobramentos com a segunda geração de intelectuais chamada a participar da experiência do CBPE, como atestam as trajetórias de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

Projeto Teórico e Práticas Institucionais: Um Estudo de Caso - Nelson Werneck Sodré e o ISEB – Prof.
Ms. João Alberto da Costa Pinto (Doutorando/UFF – UFG- Universidade Federal de Goiás)

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi fundado em 1955 e acomodado institucionalmente ao ministério de educação e cultura. o ISEB tinha como epicentro a ação de um grupo de intelectuais: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes e Nelson Werneck Sodré, grupo que tinha como propósito fazer da instituição um cenáculo de projetos desenvolvimentistas para o Estado e ser, ao mesmo tempo, com suas propostas político pedagógicas, um agente nacional de educação popular. Contudo, ao longo de sua existência (o Instituto foi destruído pela ditadura militar em abril de 1964), a ação desses intelectuais nunca foi uníssona. os debates programáticos sempre foram tensos, expressando as dificuldades operacionais de montagem de uma agenda nacional desenvolvimentista. dessa trajetória institucional destacarei o papel teórico - político de

Nelson Werneck Sodré. militar de carreira (era coronel do exército), Sodré tinha até então histórico de intensa atividade intelectual, como historiador e crítico literário além de ser colonista em vários jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Apresento uma reflexão pautada num duplo movimento: a obra historiográfica como projeto teórico de classe e a luta política do intelectual na instituição pela transformação da mesma obra em programa institucional hegemônico. em suma, com o exemplo Werneck Sodré - ISEB, tento apresentar as possibilidades de um modelo de análise historiográfica centrado no estruturalismo genético de Lucien Goldmann e no estruturalismo funcionalista de Pierre Bourdieu.

**As Condições de Emergência de um Pensamento “Democrático” no Brasil Contemporâneo – Prof^a. Dr^a.
Virginia Fontes (PPGH/UFF)**

Em plena ditadura militar se constituiu, a partir de profissionais das Ciências Sociais, um pensamento que se auto-denominava democrático e que deveria, posteriormente, constituir uma espécie de baliza na qual se enquadraria boa parte do pensamento político brasileiro contemporâneo. Dois intelectuais tiveram expressivo papel nos anos de 1972 e 1973 – Wanderley Guilherme dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Procurando equilibrar-se entre posições divergentes e fazer-se reconhecer perante interlocutores profundamente diversos (dos militares golpistas aos ex-guerrilheiros), a concepção de democracia que expuseram então – e que ajudou a constituir as opções políticas ulteriores – foi marcada pelo desencanto. A democracia foi apresentada como regime de menor custo para a expansão capitalista e, já então, supunha o abandono de qualquer perspectiva de transformação radical da sociedade. O trabalho apresenta o contexto específico das Ciências Sociais no período 1968-1975, procurando compreender as condições de emergência das formulações dos intelectuais acima referidos e, em seguida, analisa em detalhes os textos então publicados.

GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS

GT 1 – PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E DE PESQUISA SOBRE ESTADO E INTELLECTUAIS

José Ferreira Borges e o debate das finanças públicas portuguesas no Setembrismo - Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão das finanças públicas no Setembrismo português, a partir da proposta de José Ferreira Borges expressa no seu trabalho de 1831, Princípios de Sintelologia, compreendendo em geral a teoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despesas do Reyno de Portugal. Natural do Porto, formado em Direito Canônico em Coimbra, membro fundador do Sinédrio, político vintista destacado (deputado das Cortes de 1821), jurisconsulto e comercialista (foi advogado da Relação do Porto), José Ferreira Borges, assim como Mouzinho da Silveira, era um constitucionalista, e crítico ferrenho do absolutismo de D. Miguel. Com a vitória de D. Pedro, foi indicado Supremo Magistrado do Comércio, cargo esse de suma importância para “fiscalizar” o cumprimento do Código Comercial português por ele elaborado em 1833. Em 1835, tornou-se Conselheiro de Estado. Além dos cargos importantes no aparelho do Estado, José Ferreira Borges escreveu uma obra, que para muitos, como Vitorino Magalhães Godinho, marcou o início dos estudos sobre as finanças públicas em Portugal: Princípios de Sintelologia: compreendendo em geral a Teoria do Tributo e em particular Observações sobre a Administração, e Despesas de Portugal, em grande parte aplicáveis ao Brasil. Escrita em Londres, no exílio de 1829-1831, essa obra defendia a “autonomia” do pensamento financeiro e, que as finanças públicas era baseada em dois pressupostos: o livre câmbio e a democracia liberal. Tais pressupostos, que incidiam sobre os dois instrumentos das finanças, os tributos e as despesas, constituiu-se nas principais bandeiras dos cartistas (defensores da Carta Constitucional de 1826, escrita por D. Pedro I no Brasil) no embate que tiveram com os setembristas com a “Revolução” de setembro de 1836.

Os Engenheiros Intelectuais e a Organização da Cultura no Império Brasileiro – Prof. Ms. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho (Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Procuramos estudar o Instituto Politécnico Brasileiro - IPB (1862-1889), os engenheiros que faziam parte de seus quadros e as relações profissionais e políticas estabelecidas por eles ao longo da segunda metade do século XIX. Seguimos uma análise capaz de explicar essa espécie particular de produção de saberes como é a engenharia num determinado período em que, de um lado estava a consolidação institucional com suas práticas e regras específicas e de outro, o processo através do qual diferentes campos de saber foram se constituindo, se diferenciando e adquirindo autonomia. Esse duplo movimento possibilitou o acesso dos agentes dessa instituição a postos de direção na sociedade política. Vimos o IPB como o lugar onde se operou uma mediação profissional e política entre seus agentes e os dirigentes imperiais, constituindo-se numa esfera de negociação e representação social, estruturando-se como um organismo especializado no interior da sociedade política. Ao pensar o conjunto de representações e práticas sobre a engenharia na segunda metade do século XIX, a importância dos engenheiros atuantes no Brasil e suas relações com os dirigentes imperiais naquele período, as formulações gramscianas podem auxiliar na compreensão das práticas sociais desses agentes nos planos econômico, político e ideológico e em suas relações de classe na formação social. Portanto, de maneira correlata à noção ampliada de intelectual toma-se, também, a perspectiva de análise do Estado visto em sentido ampliado, formado pela sociedade política e a sociedade civil, constituído como o lugar das relações sociais em conflito.

Influência militar no Estado republicano: os marcos teóricos de uma pesquisa – Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Alves (UFF - Faculdade de Educação)

O trabalho propõe o debate em torno da categoria de intelectual orgânico, tal como foi formulada por Gramsci e suas possibilidades de utilização para pensar o segmento militar e sua atuação na construção do Estado Nacional em fins do século XIX.. Os itinerários de formação da intelectualidade do exército confluíram para o cruzamento de densos estudos teóricos, sobretudo no âmbito das ciências modernas, e uma experiência de vida militar, nem sempre sistematizada. Como resultado dessa formação, muitos oficiais tornaram-se organizadores e/ou propositores em questões ligadas, sobretudo, à educação escolar. A pesquisa pretende compreender a ação dirigente desses militares na construção do Estado republicano, em particular, no âmbito do ensino secundário e profissional, entendendo-a como parte de sua atuação no desenho da cultura escolar do período.

Nação: uma construção da Escola Pública na Primeira República – Prof^a. Ms. Sônia Ribeiro de Souza (UNIPED – Rondônia).

A reflexão localiza-se no cenário da instauração da República como uma nova forma política do Estado brasileiro. Entretanto, essa implantação, realizada por uma elite formada essencialmente por agricultores, deparou-se com a ausência de representatividade política. A luta pela manutenção deste grupo no poder era atravessada pela necessidade de manter unidade política nacional. Neste palco, os grupos hegemônicos depararam-se com a necessidade de elaborar uma nova significação de Nação, que se opusesse às significações criadas pela monarquia, que fosse capaz de criar e fortalecer vínculos sociais e que, ao mesmo tempo, mantivesse excluída e/ou sob domínio a massa da população brasileira. Assim, refletindo Nação enquanto Comunidade Política Imaginada, e, considerando a Instituição Imaginária da Sociedade como um canal em construção de via de “mão-dupla” (Sociedade Política e Sociedade Civil), elegemos a Escola pública como a principal portadora e difusora do espaço público privilegiado para a elaboração da Nova Nação brasileira. O objeto escolhido para este estudo são os discursos educacionais proferidos na Primeira República por agentes pertencentes ao cenário político de então.

O Intelectual e a Política como Problema Historiográfico: Possibilidades Metodológicas em Lucien Goldmann e Pierre Bourdieu – Prof. Ms. João Alberto da Costa Pinto (UFG e Doutorado pela UFF)

Proponho nesta comunicação uma breve reflexão metodológica oriunda de tese de doutoramento que desenvolvo junto ao programa de pós - graduação em história da UFF, sob orientação da Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça. tenho como objetos de investigação o conjunto das obras e a trajetória política de três pensadores brasileiros: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, considerados no período 1930 - 1964. no desenvolvimento da pesquisa e nos seus consequentes problemas metodológicos deparei-me com as possibilidades de articulação de um modelo de análise que procura seu sentido explicativo nas proposições de Lucien Goldmann e Pierre Bourdieu. apesar de inúmeros pontos divergentes, creio ser possível, e sem nenhum ecletismo, apresentar conexões complementares entre os dois autores. tais conexões, é preciso que se diga, não estão imanentes no propósito teórico de cada um, mas são, antes de tudo, indagações reflexivas sugeridas pela desenvoltura de minha pesquisa. nos três clássicos do pensamento brasileiro, os grandes intelectuais, portadores de três visões de mundo, três expressões do máximo de consciência possível de grupos sociais (regionais) (este é o sentido goldmanniano); três projetos teóricos (dentro de um campo de estudos específico - a historiografia brasileira) que em espaços institucionais (fundação Joaquim Nabuco; pcb - revista brasiliense; ISEB) lutam por sua afirmação específica enquanto projetos intelectuais que se querem hegemônicos (este é o sentido bourdieusiano). a produção historiográfica como visão de mundo e projeto de classe sendo afirmada politicamente em espaços institucionais mediadores.

Intelectuais, Classes e Estado no Brasil – Prof. Dr. Fábio Maza (UFS –Universidade Federal de Sergipe)

O objetivo da comunicação é tratar o conceito de intelectual no sentido dado a ele por Gramsci. Assim, se discutirá a natureza do intelectual brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 apontando seu significado no interior de uma nova cultura de caráter técnica. Em seguida, serão abordadas as relações entre agências privadas e Estado a partir no projeto industrialista de Simonsen e dos empresários paulistas esboçado através de sua entidade representativa. O escopo dessa última abordagem é tentar mostrar o grau de complexidade entre as classes sociais, frações de classes em suas relações com o Estado.

O IDORT e suas Ações Políticas durante o Governo de Vargas entre 1931-1937 –Prof^a. Célia Maria de Souza (Mestranda PUC-SP)

No período em que se edificava o governo de Vargas, várias agremiações de empresários procuravam viabilizar seus interesses, como foi o caso da CIESP (Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e também do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho). Este último fora fundado em 1931 com o intuito de racionalizar o trabalho nas indústrias privadas, entretanto, passou a participar ativamente da política governamental deste período. Dentre seus fundadores destacamos Armando de Salles Oliveira, que tornou-se interventor do estado de São Paulo, ocasião em que baixou um decreto tornando o

IDORT um Instituto de interesse público, cuja incumbência foi elaborar a RAGE (Reorganização Administrativa do Governo do Estado). Outros sócios de igual importância atuaram na vida política do país, como foi o caso de Roberto Simonsen, responsável pelas questões sociais discutidas e inseridas na Constituição de 1934, e que nesta ocasião, fazia parte da Comissão de Redação das Revistas IDORT que circulavam no meio empresarial e em algumas repartições públicas. Outro importante articulador político deste Instituto, foi Horácio Lafer, mentor dos “Conselhos Técnicos” criados na Constituição de 1934 que possuíam poder de decisão junto aos Ministérios. Este sócio atuou na Comissão da Primeira Divisão do IDORT como um dos responsáveis pela Organização de Legislação do Instituto, e no segundo governo de Vargas (1951-1954) tornou-se Ministro da Fazenda. Macedo Soares, também idortiano, teve destaque logo no primeiro governo de Vargas como Ministro das Relações Exteriores, delegando ao IDORT o papel de representante oficial do Brasil junto a outras instituições oficiais estrangeiras que se dedicavam ao estudo da racionalização. A inserção deste Instituto na política governamental do país também se verifica no momento em que a Constituição de 1937 foi outorgada, tornando pressupostos idortianos em leis federais. Racionalizar a sociedade, de maneira geral, fez parte dos projetos deste Instituto.

A SUMOC - Espaço de disputa política – Prof^a Ms. Esther Kuperman (UNISUAM)

Este trabalho pretende evidenciar as principais contradições existentes entre a burguesia industrial e burguesia comercial e financeira a partir de seus interesses e pressões em relação à questão cambial e à Instrução 113 da SUMOC, a Superintendência da Moeda e do Crédito, criada pelo Decreto-Lei n. 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Sua criação foi proposta em 1944 pelo professor Otávio Gouveia de Bulhões ao Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, como instituição que constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil. Desde a sua criação a SUMOC, principalmente seu conselho, foi palco de uma disputa alheia ao próprio órgão, na qual este mesmo Conselho se envolve muito mais além da real participação da Superintendência no desenvolvimento das questões discutidas. A disputa existente no interior da SUMOC é representada em 1946 pelo duelo entre Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, por um lado e Fernando Cadaval, Diretor da Carteira de Câmbio e Octávio Bulhões, por outro. O exame da discussão em torno do controle do câmbio e do controle sobre o ingresso de capitais estrangeiros, será fundamental para determinar as posições existentes entre estes dois setores e os interesses envolvidos em cada uma das posições defendidas na SUMOC.

Tensões e transformações da “brasilidade”: identidade nacional e mídia televisiva. (1985-2002) – Prof^a Ms. Cássia Louro Palha (UFF – UNIPAC/MG)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as tensões e transformações da identidade nacional incorporadas/mediadas pela televisão, no período de 1985-2002, através da análise dos programas do Globo Repórter, da Rede Globo de Televisão, principal emissora/construtora de consenso da sociedade brasileira. Uma identidade midiática que, sob as lentes de um período marcado pela consolidação da transição política do país, desenvolveu-se em meio à uma crescente transnacionalização do capitalismo, à uma desagregação do modelo desenvolvimentista de Estado e em meio ao alargamento das organizações da sociedade civil. Questões estas que somadas aos imperativos de uma pretensa “cultura-mundo pós-moderna”, vêm mudando radicalmente a forma e o conteúdo da representação que temos de nós mesmos, de nossa “comunidade imaginada” e do “outro”.

GT 2 – PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E DE PESQUISA SOBRE ESTADO E CLASSES DOMINANTES NO BRASIL: MODALIDADES ASSOCIATIVAS

Estado e Patronato Rural: a Confederação Nacional da Agricultura (1961-1967) – Carolina Ramos (Mestranda UFF)

O trabalho pretende analisar as principais demandas e atuação junto ao Governo Federal de uma importante associação de fração da classe dominante agrária: a Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Através da leitura da revista Gleba, publicada pela CNA, nos anos de 1961 a 1967, o estudo objetiva averiguar o discurso desta entidade patronal agrícola, seu posicionamento junto às políticas governamentais voltadas para o setor agrário e sua articulação com outros setores da sociedade civil. No período do governo Goulart, observa-se a contestação da CNA frente à intensificação dos movimentos de trabalhadores rurais, bem como a atuação desta entidade em prol do golpe militar de 1964. Já no governo do marechal Castelo Branco, a CNA mantém um estreito vínculo com o Estado (em seu sentido restrito), o que pode ser observado através do posicionamento da entidade em relação ao Estatuto da Terra – uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola. A CNA, diferentemente de outras entidades patronais agrícolas, não desqualifica por completo o Estatuto, procurando articular-se com o governo ao mesmo tempo em que apresenta sugestões e alterações à legislação de modo a torná-la mais compatível com seus interesses. Tal postura da CNA e sua imbricação com o Governo Federal serão analisadas através da revista Gleba, de notícias publicadas pelo Jornal do Brasil no decorrer de 1964 – ano de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra – e de material acerca desta legislação localizado no Fundo Paulo Assis Ribeiro, situado no Arquivo Nacional. O trabalho propõe, portanto, analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação política de determinado segmento da classe dominante do país junto à sociedade civil e à sociedade política.

Influências da Cultura – Ideologia Dominante nos Padrões de Organização da Classe Trabalhadora –
Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Rummert (UFF- Faculdade de Educação)

As concepções político-ideológicas estruturantes das organizações associativas que representam os interesses do Capital ou do Trabalho, por estarem inscritas num mesmo tecido social, não se configuram, de modo linear, como blocos compactos, isolados e opostos. Assim, a compreensão da concepção de mundo de uma determinada classe se dá no âmbito das relações sociais, estabelecidas num determinado momento histórico, que originam suas modalidades associativas. Explicita-se, portanto, que o conhecimento da "cultura-ideologia" das classes dominantes constitui princípio teórico-metodológico essencial das pesquisas que focalizam a cultura-ideologia da classe trabalhadora, de que suas organizações associativas são uma expressão.

Olhando nos Olhos do Moderno Príncipe Industrial: Limites e Possibilidades de uma investigação sobre a CNI – Prof. Dr. José Rodrigues (UFF – Faculdade de Educação)

Para Marx e Engels, as idéias dominantes de uma época nada mais são do que as idéias das classes dominantes, isto é, a expressão das relações sociais de sua dominação. Além disso, primeiramente, é preciso ter claro que a visão social do mundo burguesa não é imutável, arbitrária ou (meramente) maquiavélica. De fato, as idéias dominantes brotam das relações materiais de produção da vida humana que, como se alteram, também acabam por metamorfosearem as idéias. Em segundo lugar, este arcabouço ideológico metamórfico produzido pelas classes dominantes não é transmitido automaticamente ao conjunto da sociedade. Ao contrário, é preciso um longo e molecular trabalho pedagógico/hegemônico (convencimento + coerção). Discutir os limites e as possibilidades de uma investigação sob a perspectiva explicitada que tomou por objeto a CNI é o objetivo deste texto.

Entidades Patronais Rurais no Brasil Recente: Indicações sobre o Processo de Disputa pela Liderança Setorial – Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (PPGH-UFF)

O trabalho aborda as diferentes estratégias políticas adotadas por três das mais destacadas agremiações patronais da agricultura brasileira visando sua imposição como liderança "legítima" de toda a classe - A Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira e a Organização das Cooperativas Brasileiras – no decorrer das décadas de 1970-80. Partindo de uma perspectiva comparada, buscar-se-á evidenciar os pontos de consenso e dissenso existentes entre elas e suas propostas para a "reabilitação" da crise agrícola nacional e, simultaneamente, a superação da crise de representação política vivenciada pelo setor, com destaque para suas formas de pressão junto à sociedade política brasileira.

GT 3 – PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E DE PESQUISA SOBRE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O Poder e as Concessões de Sesmarias no Final do Século XVIII – Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Menendes Motta (UFF)

O trabalho analisa as propostas do governo de D. Maria I em relação à política de concessão de terras na principal colônia de Portugal: o Brasil. A partir da análise sobre os fundamentos do Alvará de 1795 (que procurou regularizar o sistema de sesmarias), a pesquisa discute, não somente as razões de seu fracasso, como as propostas de reformulação do Alvará, defendidas por Francisco de Souza Coutinho, então governador da Capitania do Pará. A partir do confronto de interpretações entre as propostas da Coroa e as críticas do governador, pretende-se discutir como eram operadas concepções sobre a propriedade da terra, nos quadros de uma concessão política, onde o conflito de terras tornar-se elemento fundante da dinâmica da concessão.

Novas interpretações acerca da atividade judicial do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro – Prof^a. Ms. Carmen Alveal (Doutoranda - Johns Hopkins University)

Na época da colonização do Brasil, Martin Afonso de Souza, além de outras tarefas, foi incumbido de implantar a Justiça, podendo, inclusive, criar cargos como o de tabelião e o de oficial de justiça. Em 1587 advém a mais alta esfera judicial, o Tribunal da Relação, com sede na Bahia, todavia tal órgão não chegou a funcionar. Apenas em 1609, de fato, foi instituído o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, com dez desembargadores, o qual foi extinto em 1626 e recriado em 1652, dessa feita com 08 desembargadores. Na Relação do Rio de Janeiro, a segunda criada, em 1751, foi introduzido no seu regimento a mesa do Desembargo do Paço, com competência para fianças, petições, perdões e comutações de pena, exceto as de degredo para Angola ou as galés. Durante o seu funcionamento, que durou até 1808, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e seus funcionários enfrentaram dificuldades em aplicar a justiça, diante de novas situações colocadas e não previstas na legislação produzida na metrópole, em Portugal, utilizada para administrar a justiça na América portuguesa. O trabalho visa identificar algumas destas problemáticas com base em dois processos judiciais por terras que envolviam índios, os quais trouxeram argumentos inesperados na tentativa de convencer o corpo do judiciário.

Terra, conflitos e políticas públicas: o caso da Guerra do Contestado (1912-1916) – Prof. Ms. Tarcísio Motta de Carvalho (UFF)

Se procurarmos compreender um pouco melhor o contexto histórico no qual se desenrolou a Guerra do Contestado, veremos que aquela região, na passagem do século XIX para o XX, estava marcada por um violento e intenso processo de expulsão de posseiros. Tal conjuntura se devia sobretudo à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e à instalação de enormes serrarias na região. Os conflitos gerados por estas transformações podem ser considerados como importantes razões para a adesão de milhares de "caboclos" à guerra. Devemos compreender assim, que a Guerra do Contestado foi um conflito pela defesa de direitos em relação à terra. Se tal afirmação está correta, torna-se necessário perceber como as mudanças ocorridas na forma como o governo tratou a questão da posse da terra no século XIX e depois na Primeira República tornaram possível para estas pessoas identificar a Monarquia como tempo de sossego e a República como "causante" de todos os males.

Patrimônio Cultural e Formação do Estado no Brasil – Prof^a. Dr^a. Márcia Romeiro Chuva (IPHAN)

No campo de disputas travadas nos anos 30, do século XX, fundaram-se as noções de unidade nacional, interesse público, bem como o binômio modernidade e tradição, que estruturaram as práticas de preservação cultural no Brasil e as rotinas de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –SPHAN – agência pública criada em 1937, dispondo do poder tutelar do Estado para exercer a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Pretende-se analisar a legitimidade e o reconhecimento alcançados por essas práticas, constituintes do novo campo intervenção social e integrantes do processo de formação do Estado brasileiro. Para isso, serão estabelecidas conexões com o sistema de preservação existente hoje, visando trazer à tona o debate em torno do poder tutelar e do monopólio do estado nesses assuntos, bem como das redes ampliadas que constituem o Estado brasileiro, na atualidade.

Quadros técnicos e política na Era Vargas: metodologia para um estudo de caso do Estado Novo – Prof^a. Dr^a. Maria Letícia Corrêa (CUMB)

Apresentação da metodologia desenvolvida para a análise dos mecanismos de recrutamento dos quadros do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), durante o Estado Novo, a partir da consideração de aspectos como a inserção institucional e política dos agentes, sua pertinência a entidades de classe, a elaboração de quadros e biografias e o levantamento da produção intelectual. A análise apontou continuidades com padrões de recrutamento da burocracia em períodos anteriores ao do Estado Novo, em razão do caráter essencialmente político das nomeações. É possível perceber, entretanto, a progressiva afirmação dos mesmos quadros no âmbito do setor elétrico, o que viria a caracterizar uma certa tendência à especialização. Proposta de análise e comparação dos casos do CNAEE e da Comissão de Indústria de Material Elétrico (CIME), do governo federal, que funcionou entre 1944 e 1946.

Nos Trilhos do Triângulo Mineiro: A Trajetória do Transporte Ferroviário de Passageiros (1970-1985) – Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula (UFU - Universidade Federal de Uberlândia)

O objetivo da comunicação é apresentar os rumos da pesquisa sobre a dinâmica de funcionamento e de desativação dos trens de passageiros que serviam ao Triângulo Mineiro (1970-1990), ligando os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás à Capital Federal, por trens da Rede Ferroviária Federal S. A. (ramais da antiga E. F. Goiás) e Ferrovia Paulista S. A.– FEPASA (ramais da antiga E. F. Mogiana). Sendo a política de desmonte ferroviário de caráter nacional, pretende-se investigar sua ressonância em regiões específicas. O estudo de caso detém-se nos municípios mineiros de Uberlândia e Araguari, priorizando as avaliações sobre o transporte ferroviário veiculados pela imprensa local e outras fontes, identificando os principais agentes e interesses envolvidos.

Amazônia: Uma Fronteira Volátil – Prof. Dr. Antonio Cláudio Rebello (UNIR)

O conjunto de medidas adotadas para a Amazônia durante a primeira década do regime militar – conhecida como "Operação Amazônia" – produziu alterações significativas no quadro populacional e produtivo da região. No, então, território de Rondônia, unidade federativa da Amazônia Legal, podemos verificar um crescimento populacional inaudito, cujos efeitos também foram sentidos na participação do estado no PIB e no processo de devastação floresta primária. Essa expansão da fronteira agrícola tornou-se objeto de variados grupos de pesquisa no Brasil, destacando-se os estudos de João Pacheco Oliveira Filho, Bertha Becker, Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins. Buscava-se compreender o fenômeno e construir uma conceituação. As alterações produzidas pelo processo de globalização alteraram, por conseguinte, diversos papéis no cenário mundial, transformando regiões e atribuindo-lhes novas funções. A Amazônia, por seu turno, também foi afetada e a sua nova forma de estar no mundo foi vinculada ao discurso ambientalista. Essa alteração discursiva tem produzido novas ações sobre a fronteira, criando, assim, uma nova fronteira, o que nos leva a refletir sobre o tema, buscando uma conceituação que possa contribuir para a compreensão das políticas públicas contemporâneas para a região.

Rio Cidade: Intervenção Urbanística e Pacto Político-Territorial – Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira (UFF – Dep. de Geografia)

Nosso estudo a respeito do projeto RIO CIDADE permitiu que observássemos como uma intervenção concreta no espaço urbano pode redefinir questões de cidadania. Ao se inserir, de forma distinta de outros planos urbanísticos, no território da cidade, o projeto Rio Cidade (re)produziu territórios de "cidadania de mercado" em núcleos comerciais de antigos bairros, onde quem não pode estar dentro deste mercado, está fora da cidadania. Nesta perspectiva, o cidadão é tratado como pedestre, consumidor, cliente e usuário. Por um lado, tal projeto distinguiu-se, principalmente, por sua escala de abrangência geográfica no interior da cidade, pois nenhum outro plano conseguiu levar intervenções urbanísticas a bairros tão díspares num mesmo empreendimento. Por outro lado, inspirou-se numa espécie de pragmatismo urbanístico, de visão empresarial, cujas intervenções buscaram soluções de curto prazo e produziram um impacto estético na cidade. Caracterizou-se, entretanto, por fazê-lo de forma descontínua e atomizada, porém estratégica, expressando a reconstituição de um pacto político-territorial elitista que primou por reordenar os limites da segregação social na cidade.